

# **Colonizadora Bertaso e a (des) ocupação no Oeste Catarinense\***

*Renilda Vicenzi\*\**

## **Resumo**

A migração de descendentes de colonos italianos, desde o noroeste do Rio Grande do Sul, para o oeste de Santa Catarina, na primeira metade do século XX, fez parte do processo de expansão e propagação das pequenas propriedades rurais. A colonização de parte do município do Velho Chapecó foi empreendida e realizada pela Colonizadora Bertaso S/A. Logo, o impulso das populações descendentes de europeus, principalmente ítalo-gaúchos, foi canalizado e explorado pelas companhias colonizadoras e pelo Estado. Os indígenas e caboclos que povoavam estes territórios foram gradativamente expropriados de suas terras.

**Palavras-chave:** Colonizadora Bertaso; camponeses ítalo-gaúchos; colonização.

## **Introdução**

O texto apresentado de forma sucinta é parte da Dissertação de Mestrado, defendida no ano de 2003, na Universidade de Passo Fundo, com título “Terra nova, vida nova: a colonizadora Bertaso e a ocupação colonial do oeste catarinense 1920-1950”, sob orientação do Prof. Dr. Mário Maestri. Procuramos abarcar o processo de ocupação do espaço, no início do século XX, por milhares de camponeses gaúchos de descendência italiana, principalmente do noroeste do Rio Grande do Sul, que migraram para o oeste de Santa Catarina que, naquele período, compreendia o município de Chapecó, à procura de terras férteis e acessíveis.

Desenvolveram-se contradições internas: de um lado, expressavam-se os interesses do Estado, vinculados ao das Companhias Colonizadoras, que procuravam legitimar e rentabilizar ao máximo o domínio e, portanto, a comercialização das terras; do outro, os interesses dos camponeses migrantes que procuram na pequena propriedade, dar continuidade à vida e à economia familiar. Basicamente constituiu-se uma colonização associada à produção social, ao meio natural e ao processo migratório.

Na continuidade, entre acordos e disputas, os divergentes segmentos sociais do oeste catarinense estabeleceram uma nova ordem político-econômica assentada na pequena propriedade colonial, que determinou sobre maneira sua história.

## **Processo imigratório e estabelecimento**

A imigração de agricultores sem-terra europeus não-portugueses iniciou-se na segunda década do século XIX. Mais tarde, desde 1875, a imigração italiana intensificou-se, passando a fornecer grande quantidade de mão-de-obra, principalmente para o meio rural, primeiro para o Sul, com o fortalecimento da pequena propriedade camponesa, a seguir para o Centro-Sul, principalmente nas fazendas de café.

No final do século XIX, a Itália e o Brasil viviam momentos distintos da expansão capitalista. A primeira nação – Itália -, ainda essencialmente agrícola, conhecia um difícil processo de expansão industrial capitalista, centrado, sobretudo, no norte da península. A segunda – Brasil- era ainda dominada por economia agro-exportadora escravista, com grandes contrastes econômicos, políticos e sociais regionais.

Na Itália, a emigração foi determinada principalmente pela penetração do capitalismo no campo, no contexto de um lento processo de industrialização na cidade. O que causava atraso e pobreza, já que a população expulsa do mundo rural era absorvida com dificuldade pelo mundo urbano. O importante processo de crescimento demográfico pressionava igualmente o mundo rural. A emigração passou a ser solução estrutural para as difíceis condições de vida do campesinato italiano.

O anseio por mudanças individuais, familiares e coletivas fez com que milhares de famílias camponesas italianas atravessassem o oceano Atlântico. A decisão de emigrar era fortalecida pela propaganda das nações americanas carentes de braços e pelas notícias positivas enviadas por amigos e parentes já estabelecidos no Novo Mundo.

A colonização europeia no sul do Brasil com camponeses pequenos proprietários ensejou a formação de núcleos coloniais pioneiros – Colônia Velhas – que, gradativamente, expandiam-se, através da chegada de novos imigrantes e da expansão demográfica vegetativa, que produziu uma população à procura de terras virgens e férteis para formar novos núcleos – Colônias Novas.

Nesse processo, sobretudo imigrantes casados adquiriam uma *colônia*, para explorá-la, nas terras postas à disposição pelo governo ou particulares. A chegada dos filhos aumentava a força de trabalho e, portanto, a produção. Ao crescerem e casarem-se, os filhos buscavam um novo lote, prosseguindo o ciclo iniciado pelos pais. Famílias já constituídas mudavam-se igualmente para abandonar terras já cansadas.

Como observado por Arlene Renk: “No rol das responsabilidades do **colono italiano** a fundamental delas talvez seja a de ‘garantir o futuro’, de ‘colocar os filhos’, ou seja, assegurar-lhes terras para o trabalho, garantindo à geração seguinte a reprodução na mesma condição, no mínimo.” (RENK, 1997, p. 72)

Em forma sumária, podemos dizer que os colonos europeus chegados ao Rio Grande do Sul ocuparam as Colônias Velhas e, a seguir, seus filhos estabeleceram-se nas Colônias Novas, em regiões cada vez mais setentrionais, abertas devido ao forte processo de expansão demográfico. Porém, grande parte da terceira geração colonial não encontrou terras disponíveis no Estado que acolhera seus avós e seus pais.

Com o esgotamento das terras postas à disposição da imigração no Rio Grande do Sul, a frente de expansão colonial agrícola sul-rio-grandense atravessou o rio Uruguai, para instalar-se em Santa Catarina. Assim, intensificava-se a migração interna, entre os estados brasileiros, de descendentes de imigrantes europeus, em geral, e italiana, em especial. A base econômica dominante desse movimento de expansão foi a agricultura, ainda que ensejou atividades comerciais, artesanais, manufatureiras e industriais.

A propriedade da terra analisada sob o viés da continuidade da vida no campo, representava, acima de tudo, o equilíbrio e a prosperidade que as famílias de descendência européia haviam atribuído para si. Neste contexto, o oeste de Santa Catarina passou a configurar o processo de migração.

## **A Companhia Colonizadora**

Se o grande protagonista do espetáculo em questão foi o trabalho colonial, um dos seus principais orquestradores foi a Companhia Colonizadora Bertaso, sediada em Chapecó, no oeste catarinense.

A empresa colonizadora Ernesto Francisco Bertaso iniciou suas atividades no município de Chapecó, em 1918. Então, a firma

denominava-se Bertaso, Maia & Cia, e seus proprietários eram Ernesto Francisco Bertaso, Manoel Passos Maia e Agilberto Attilio Maia.

Em 21 de novembro de 1923, houve alteração e dissolução da firma Bertaso, Maia & Cia., ficando o sócio Ernesto F. Bertaso com todo o ativo e bens da sociedade que passou a denominar-se Empresa Colonizadora Bertaso S/A. Em janeiro de 1950, o proprietário solicitava o cancelamento do registro da empresa, extinguindo assim a Companhia Colonizadora Bertaso S/A.

Nesse sentido, a fundação da Empresa Bertaso pode ser apresentada como o desdobramento e materialização *oportunistamente*, pelos *colonizadores*, das expectativas e dos interesses do governo e das elites do Estado catarinense, no relativo à política de colonização. Esta política foi adotada, após a solução dos conflitos por esta região: entre a Argentina e o Brasil (1895); a delimitação das fronteiras entre Paraná e Santa Catarina (1916) e da emancipação político-administrativa de Chapecó (1917).

Ao Estado interessava garantir a posse e o domínio da região. Povoando-a com núcleos populacionais agrícolas, legitimava seu poder sobre o território, impedindo assim que fosse alvo de reivindicações territoriais, como a apresentada pelo Paraná, ou de lutas pela posse de terras, como no caso do Contestado. Por seu lado, a Colonizadora Bertaso interessava-se na concessão de amplas áreas de terras a serem tituladas, para desmembrá-las em pequenas e médias glebas a serem vendidas para camponeses sequiosos de terra.

Através da propaganda, realizada no Rio Grande do Sul, que enfatizava o caráter virgem e fértil das terras oferecidas, a Colonizadora Bertaso incentivava os migrantes a adquirir pequenos e médios lotes rurais no oeste de Santa Catarina. Sobretudo, a propaganda proporcionou a rápida propagação entre os colonos gaúchos da idéia de que a 'riqueza' aguardava a todos, no oeste de Santa Catarina. As promessas de ganho para os colonos criavam a expectativa de uma nova vida, apesar de tratar-se uma continuidade,

sem variações de qualidade, da economia conhecida nas colônias velhas gaúchas.

Para efetivar a 'colonização' e as propagandas, a colonizadora Bertaso possuía representantes em vários municípios gaúchos que vendiam terras e eram encarregados do recebimento dos pagamentos e de avisar a empresa sobre irregularidades. Entre eles encontravam-se Eugênio Puricelli, em Encantado(1924); Orestes Assoni, em Guaporé (1924); Alberto Peruzzo, em Nova Prata (1934).<sup>1</sup>

Em 15 de setembro de 1924, Ernesto Bertaso escrevia para Ângelo Pavan, representante da empresa em Encantado, no Rio Grande do Sul: "Tenho o prazer de apresentar-lhe o Sr. Eugênio A. Puricelli, meu representante, vendedor nessa zona, é ele encarregado de recebimentos, etc., por minha conta, sendo que o amigo com ele se entenderá sobre o saldo de sua conta."

Ernesto Bertaso seguia na correspondência: "O Sr. Puricelli tratará de venda de terras que tenho à margem do rio Chapecó. Conte, pois, que V.S., pelo conhecimento pessoal que tem daquelas terras, auxiliará esse meu representante na colocação de novos lotes, pelo que perceberá uma comissão a juízo do Sr. Puricelli."<sup>2</sup>

No contexto da propaganda realizada e das vendas e demarcações concretizadas, as fazendas (Fazenda Chapecó, Fazenda Rodeio Bonito, Fazenda Campina do Gregório e Fazenda Saudades) foram gradativamente assumindo novas delimitações geográficas, com divisas diversas às originais. Nesse contexto, com o avanço dos novos chegados e da titularização da terra, desapareceram igualmente as terras devolutas.

A estratégia era expropriar das suas terras aqueles que representassem um entrave à nova política colonizadora, assentada na venda de títulos de propriedade de pequenas e médias propriedades agrícolas. O processo de migração ensejado pela busca de novas terras, baseado na continuidade da economia agrícola, ensejou a reestruturação das relações socioeconômicas dessas regiões, dando origem a novas paisagens naturais e humanas.

As imensas fazendas negociadas pelo Estado e por proprietários privados não se encontravam desabitadas. O que não constituía

maior problema para os *colonizadores*, já que eles possuíam título oficial de posse sobre elas. A apropriação privada capitalista, para fim de colonização de terras públicas devolutas, ou privadas não exploradas, determinou a expulsão de milhares de caboclos de suas pequenas posses, de onde retiravam os alimentos necessários à sobrevivência suas e de suas famílias.

Não raro, na posse dos títulos de propriedade, os compradores gaúchos demoravam-se em transferir-se das regiões onde estavam estabelecidos, para ocuparem as novas propriedades. Estas últimas encontravam-se comumente isoladas no meio do sertão.

A Colonizadora Bertaso colocava capatazes e homens de confiança à disposição dos novos proprietários, encarregados de zelar pelas terras. Esses *capangas* eram instruídos para agir com a máxima severidade – ou seja, através da violência –, expulsando *intrusos* que penetrassem ou habitassem as terras vendidas.<sup>3</sup>

Mas afinal, quem eram esses *intrusos*?

Juntamente com os indígenas, os caboclos foram os grandes desbravadores das florestas, onde exploraram as regiões não civilizadas, estabeleceram picadas, abriram clareiras, etc. Nesse sentido, após abrirem caminhos para os *colonos*, foram dominados e subalternizados pelo processo de expansão da agricultura mercantil.

Caboclos e colonos estabeleciam relações diferenciadas no relativo à ocupação da terra e do território. Muitas vezes seminômades, os caboclos viviam de uma economia de subsistência, de pouco impacto sobre o meio ambiente. Suas atividades mercantis tinham um caráter claramente subsidiário. Ao contrário, os colonos voltavam-se à produção de excedente, acumulável monetariamente.

Os caboclos viviam em casebres provisórios de tábuas lascadas e chão batido e plantavam arroz, feijão e milho, em pequenas roças de subsistência. Boa parte de sua alimentação provinha da caça, da pesca e da coleta. O extrativismo tinha grande importância nessa economia. Os colonos residiam em casas permanentes, produzindo gêneros de subsistência e mercantilizáveis. Eram agentes da

circulação mercantil e de acumulação e consumo que impulsionavam as atividades comerciais, manufatureiras e industriais. (MAESTRI, 2002, p. 149-176).

Os diferentes modos de produção criaram verdadeiro abismo entre as duas comunidades, ensejando fortes preconceitos entre caboclos e colonos, processo determinado e influenciado pela Colonizadora.

Em nenhum momento a Colonizadora analisou as formas distintas de culturas que se apresentavam, apenas atribuiu aos caboclos a denominação de intrusos e aos colonos de homens trabalhadores. De acordo com Dilse Piccin Corteze: “A superioridade que o colono julgava possuir sobre o caboclo era, sobretudo, a do proprietário da terra sobre o não-proprietário.” (CORTEZE, 2002, p. 165).

Vários documentos da empresa Bertaso registram a existência de *intrusos* dentro dos limites das áreas demarcadas<sup>4</sup>. Os intrusos ou posseiros representavam um entrave às atividades econômicas e mercantis da Colonizadora. Era igualmente flagrante a falta de interesse do Estado e da Colonizadora em negociar ou facilitar a legalização das posses de terras desses caboclos.

Jaci Poli analisou a história de exclusão e expulsão da população cabocla, e a inserção de ‘colonizadores’ que buscavam formar predominantemente uma nova camada populacional diferenciada da existente: “Embora representassem a maioria da população, os caboclos sempre foram despossuídos. Raramente conseguiram obter a propriedade de uma pequena área de terra, onde pudessem manter-se com suas pequenas roças caboclas.” (POLI, 1995, p. 98). Enquadrando-os como intrusos, facilitava sua sistemática expulsão.

Foi no contexto de fortes interesses políticos e econômicos que se efetivou a expulsão sistemática de multidões de habitantes tradicionais do oeste catarinense, abrindo-se caminho à chegada de migrantes de origem européia, que contariam, esses sim, com títulos legais sobre a terra expropriada aos nativos e caboclos.



Portanto, a Colonizadora Bertaso também foi uma das responsáveis pela realização do processo inicial de “limpeza humana e vegetal” que preparou a chegada do colono. Isto é, expulsou gradativamente os nativos e caboclos para permitir a entrada de camponeses gaúchos e empreendeu a extração de madeiras, que tornou mais ágil o desenvolvimento da agricultura comercial.

É no contexto do avanço da ‘fronteira agrícola’ mercantil nessa região que compreendemos a Empresa Colonizadora Bertaso S/A, vetor determinante da mercantilização da terra. Sobre fronteira agrícola, utilizamos como referencial o terceiro estágio descrito por Joe Foweraker. Refere-se ao “estágio ‘capitalista’ em que a migração é intensificada e a região integra-se efetivamente na economia nacional; a agricultura passa a predominar sobre o extrativismo e dá origem a um crescente mercado de terras e mercadoria. Ao lado da pequena produção agrícola surge o mercado de trabalho livre.” (FOWERAKER apud ZARTH, 1997, p. 34). Essa definição caracteriza os principais aspectos de ocupação capitalista e a comercialização da terra que passaram a ocorrer com a inserção da colonizadora.

Cabe destacar que o projeto de colonização teve como importante aliado a Igreja. Aliança que se materializava também nos vínculos entre o proprietário da colonizadora e a instituição religiosa. Na esteira da incorporação crescente da região ao mundo mercantil, o clero empreendia construções cada vez mais portentosas de suas igrejas. Difundir o cristianismo e povoar a região com católicos romanos significava a garantia de preservação dos costumes dos migrantes e de suas adesões à ordem instituída.

A confluência entre o poder simbólico das colonizadoras e da Igreja fortalecia a idéia de progresso que se vendia aos migrantes ítalo-gaúchos atraídos para a iniciativa. Paulo Fernando Diel analisa: “Os padres estavam interessados no desenvolvimento da região, por possibilitar à Igreja sua estruturação com a construção de grandes Igrejas, casas paroquiais, salões, etc. [...]” (DIEL, 1995, p. 157).

Na maioria das vezes, a companhia colonizadora Bertaso destinava um local para a construção da capela ou da igreja que os

habitantes da comunidade encarregavam-se de erguer. Nas linhas, fundavam-se as comunidades de grupos de moradores com suas propriedades que construía uma capela, a escola, o salão de festas, o cemitério, etc. A construção da capela, centro de reunião dominical, ocorria após a abertura das estradas e do estabelecimento dos colonos.

As práticas coronelísticas e patriarcalistas de Bertaso estendiam-se pelo domínio político, econômico e religioso. Nesse último, militavam pela submissão dos colonos ao catolicismo romano, dentro de um projeto de desenvolvimento integrado, onde respeitar e obedecer às ordens clericais, atributo do bom cristão, facilitava o respeito e a obediência ao poder político e econômico. Era uma forma de favorecer o trabalho incessante e disciplinado nas novas colônias.

Referindo-se à área colonial gaúcha, Mário Maestri destaca a função da religião: "O catolicismo romano contribuía para o enquadramento dos colonos à autoridade, materialização do pai supremo. Os próprios diretores inspetores coloniais exigiam maior contribuição pública à construção de capelas, lembrando que, 'para os colonos italianos, a religião' era 'fonte de ordem, de moralidade e de sensibilidade'. Ou seja, era também uma questão de ordem pública." (MAESTRI, 2000, p. 96).

Muitas das orientações familiares eram de origem religiosa. Desejo de Deus e da Igreja, o cumprimento dos rituais e ditames católicos deviam ser seguidos por todos. No discurso e na postura familiar, os conceitos de bem, de mal, de pecado, de obediência aos preceitos religiosos, reforçados pelos membros religiosos, estendiam-se e sobrepunham-se aos princípios de respeito e obediência aos princípios e às autoridades familiares e públicas.

## **Novos sujeitos**

Neste contexto efetivado pela colonizadora Bertaso, um novo ciclo de migrações iniciava, como assinala André Carlos Werle: "Para

trás ficava a terra natal, com sua comunidade, antigos vizinhos, instituições, religião, tradições, costumes; enfim, o meio no qual haviam criado laços culturais demasiado fortes para serem esquecidos.” (WERLE, 2002, p. 222).

O enquadramento desse movimento pelo Estado e pelas colonizadoras acarretou um rápido aumento da população na região. Os migrantes instalaram-se densamente em áreas compradas da colonizadora Bertaso, que lhes garantia a propriedade do solo, para posterior exploração e produção de mercadorias, destinadas à subsistência e ao mercado local e regional.

Os sujeitos autodenominam-se de “italianos”, ainda que sejam brasileiros filhos, netos e bisnetos de imigrantes itálicos. Em determinados momentos, essa identificação serviu e foi utilizada como forma de subestimar outras etnias. Ou seja, de construir uma identidade que assegurasse superioridade em relação ao outro.

Nesse processo, para justificar a identidade e pretendida superioridade, criou-se um conjunto de representações que refletiam um modo de ver e de pensar o mundo. Exaltava-se e valorizava-se a língua, as canções, a alimentação, a vocação ao trabalho, a acumulação econômica, a fé católica-apostólica-romana e a nacionalidade dos antepassados.

Para entendermos esse processo, temos que nos remeter à compreensão das tradições supostamente relacionadas, nesse caso, com a suposta continuidade – ou, melhor, com a reinvenção – das tradições européias. Apenas assim, poderemos apreender as especificidades locais de uma comunidade que vivia em um contexto fortemente diverso do conhecido pelos ancestrais na Itália.

Eric Hobsbawm e Terence Ranger propõem:

“Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente uma continuidade em relação ao

passado. [...] Ainda assim, pode ser que muitas vezes se inventem tradições não por que os velhos costumes não estejam mais disponíveis nem sejam viáveis, mas porque eles deliberadamente não são usados, nem adaptados.” (HOBSBAWM & RANGER, 1997, p. 9-16)

A tradição inventada pelos migrantes objetivava conferir maior coesão à comunidade e maior poder ideológico e simbólico nas trocas e relações com os “brasileiros”, “caboclos” e “indígenas” da região. Criou-se uma narrativa sobre a região que subordinava culturas e fazia prevalecer as auto-atribuições da tradição *italiana*. Narrativa que retomava e era reforçada pelos hábitos e costumes da comunidade colonial.

Nessa narrativa, prevaleciam os traços culturais das comunidades migrantes, aos quais se associavam, em forma subordinada, elementos culturais e comportamentais nascidos das relações estabelecidas com diferentes grupos comunitários locais.

Segundo essa narrativa, imbuídos da vontade de acumular capital-riqueza, através do trabalho, os ítalo-gaúchos chegavam às novas terras, nas quais foi-lhes atribuída pelo Estado e pela Colonizadora a responsabilidade de ‘construtores de progresso’, que até então não fora possível assegurar à região, pelas outras culturas e etnias ali estabelecidas.

Ainda, nessa narrativa, a atribuição de uma função messiânica regional, associada à idealização étnica do colono, abriram poderosamente um verdadeiro abismo entre os recém-chegados e os nativos, garantindo e facilitando os objetivos de domínio e rentabilização mercantil desses territórios.

Os recém-chegados e nativos eram explorados apenas em forma e com intensidade diversa, pois a uns lhes era garantido o acesso à propriedade da terra, através da compra, e aos outros a expropriação da mesma terra, sem indenização. A narrativa apologética sobre o trabalho do “italiano” facilitou que o capitalismo se enraizasse fortemente na região.

Em 1928, um migrante ítalo-gaúcho observou: “Índios não existia em Chapecó no tempo que viemos morar, é só caboclos, essa gente

brasileira. Tinha só uma família lá na Sede Trentin, uma família de índio. Era tudo abandonado aquilo, então entrou os italiano, fizeram a construção, progresso ali e tal não é.”<sup>5</sup>

A idéia de progresso, de pujança, esteve relacionada diretamente ao domínio de propriedade. A atitude primeira dos migrantes era de expulsar o “intruso” para garanti-la. Conforme relato: “Daí o italiano comunicava que a terra era dele. [...] e eles acabavam saindo de cima da terra. Ia para outras terras. Porque moravam em cima da terra que não era deles. Eram dos italianos que tinham comprado essas terras.”<sup>6</sup>

O estabelecimento do colono dava-se em lotes rurais já adquiridos e demarcados anteriormente, gradativamente ocupados por famílias celulares tradicionais – marido, mulher e filhos. O rápido povoamento foi determinado pela grande prole que os casais já possuíam ao migrarem. Na primeira metade do século XX, os filhos continuavam a ser força de trabalho indispensável para o trabalho na lavoura. Em sua maioria, os migrantes tinham mais de dois filhos.

Importante destacar que a posse de bens de base como a terra era vista como necessária para os filhos homens. Essa cultura é analisada pelo viés do predomínio do poder masculino sobre o feminino. No contexto do trabalho feminino doméstico e na lavoura, o esforço da mulher era considerado, como um apoio ao trabalho masculino.

Utilizamos amostragem de relação nominal dos moradores que compraram terras no período de 1901 a 1941 em Chapecó-SC, para evidenciar o número de filhos dos casais, nos diferentes anos em que migraram:

## Quadro 1: Número de filhos por casal. Chapecó. 1901-1941. Amostragem

Migrantes de descendência italiana	Ano em que adquiriram propriedades no oeste de SC	Estado civil	Nº de filhos
João Modesto	1901	Casado	02
Presídio Modesto	1910	Casado	07
Simão Namen	1918	Viúvo	02
Victorio Cella	1923	Casado	07
Angelo Anise	1924	Casado	03
Quintilio Sogari	1925	Casado	06
Agabito Savaris	1925	Casado	05
Carlos Favaretto	1926	Casado	10
Ferdinando Tussetto Ricardo Bernardi	1927	Casado	04 07
Angelo Zanata	1928	Casado	06
Maximiliano Sogari	1929	Casado	03
Ricieri Pedro Forti	1932	Casado	04
João Brisot	1933	Casado	07
Manoel Petroli	1934	Casado	06
Pedro Pelizza	1935	Casado	02
Albino Guarani	1936	Casado	04
Marcelino Cella	1937	Casado	02
Guerina Tell	1938	Viúva	05
Eugenio Tormen	1939	Casado	07
Valentin Fávero	1940	Casado	10
Antonio Maggioni Verônica Pitt	1941	Casado Viúva	10 07

Fonte: ACB: Expedida em janeiro de 1943.

Percebe-se a diferenciação no número de filhos, estabelecendo uma média de cinco a seis filhos por casal. Entre 1920 e 1950, houve um crescimento populacional aproximado de 85.209 habitantes em Chapecó. Este número de pessoas aumentou devido ao número de casais que se instalavam no território.

Um exemplo de “pujança” demográfica: Carlos Favaretto, nasceu na Itália, em 1864, e imigrou para o Brasil, com nove anos,

com sua família, que adquiriu terras em Bento Gonçalves. Em 1928, Favaretto transferiu-se para Chapecó com 12 filhos casados e solteiros [Virginia, João, Victorio, Guerino, Fernando, Davi, Mateus, Guido, Antonio, Alberto, Faustino e Adélia]. Favaretto adquiriu 314,3456 hectares de terra e manteve na cidade de Chapecó o hotel que levou seu nome. Quando morreu, em 27 de novembro de 1948, tinha cinquenta e cinco netos e três bisnetos.<sup>7</sup>

Muitas vezes não eram jovens casais a migrarem, mas famílias constituídas, à procura de bem-estar econômico e social maior. Contudo, nos primeiros tempos, a infra-estrutura da região era caracterizada pela precariedade das estradas e pelas difíceis condições de transporte. Eram, sobretudo, picadas que ligavam as linhas com as estradas denominadas gerais.

As terras adquiridas pela Colonizadora Bertaso, por concessão estadual ou de privados, foram divididas em fazendas, subdivididas em lotes rurais. Os compradores adquiriam diferentes quantidades de terra, segundo suas posses, os preços, as condições de pagamento, a localização, etc.

### **Algumas considerações finais**

A interação e o convívio dos colonos ítalo-gaúchos com nativos e caboclos foi prejudicada devido aos conceitos de inferioridade e de superioridade cultural e étnica produzidos durante esse movimento. A identificação do 'italiano' como elemento promotor de progresso, para a região e para si mesmo, dificultou ainda mais as relações interétnicas, facilitando a submissão geral da população às elites locais.

A estratégia de ocupação e rentabilização do território das empresas imobiliárias foram a expropriação de parte das riquezas produzidas pelos colonos através da concessão – venda – das condições necessárias – lote – para que os trabalhadores rurais tornassem produtivo o solo, transformando as relações sociais, econômicas, políticas, culturais e históricas da região.

O grande contingente populacional que atravessou o rio Uruguai trazia junto com as bagagens que portava a expectativa e as promessas de rápida ascensão econômica e social. Porém, verificou-se que, ao igual do ocorrido no Rio Grande do Sul, poucos migrantes alcançaram tal objetivo, arrancando da terra, mais comumente, apenas as condições para viverem e sustentarem suas famílias.

Nesse sentido, a maioria dos colonos estabelecidos no Oeste de Santa Catarina prosseguiu a obra e as práticas desenvolvidas por seus pais e avós no Rio Grande do Sul: produzindo os gêneros necessários à subsistência e à comercialização que lhes asseguravam a sobrevivência.

## **Fontes Documentais**

**Arquivo Ceom:** Entrevistas

**Arquivo Ceom:**Arquivo Colonizadora Bertaso - ACB

Jornais

**A Voz de Chapecó.** Ano VII. Chapecó, 18 de agosto de 1946.

**A Voz de Chapecó.** Ano VII. Chapecó, 15 de dezembro de 1948.

## **Notas**

<sup>1</sup>Texto apresentado no seminário '**Crime e colonização no Oeste catarinense 1920-1950**', organizado pelo Ceom: 20 anos de memórias e histórias, em 25/10/2006.

<sup>2</sup>Mestre em História pela UPF. Professora do Centro de Ciências Humanas e Sociais da UnoChapecó.

<sup>3</sup>Cf. ACB: Livro de Registros de informações internas. Pp. 74-75 e 251.

<sup>4</sup>Cf. ACB: Livro de Registros de informações internas. Pp. 74-75 e 251.

<sup>5</sup>Cf. ACB: Cartas enviadas por Ernesto F. Bertaso a Giacobe Corso de Guaporé, Marafon Irmãos de Nova Bassano, Guilherme Giordani de Alfredo Chaves e Augusto Pasqualli de Bento Gonçalves, datadas de janeiro de 1941.

<sup>6</sup>ACB. Pasta 17: Livro de Registros, p. 334. Registros realizados em 17 de abril de 1934.

<sup>7</sup>Cf. Arquivo Ceom. Entrevistas: pasta 02, n. 23.

<sup>8</sup> Cf. Arquivo Ceom. Entrevistas: pasta 06, n. 04.

<sup>9</sup>Cf. Jornal A VOZ DE CHAPECÓ. AnoVII. Chapecó. Samta Catarina. 5/12/48.



## Referências

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: A Organização da Irmandade Cabocla**. 2ª ed, Florianópolis: Ed. da UFSC.

AZEVEDO, Thales de. **Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: A Nação/ Instituto Estadual do Livro, 1975.

CORTEZE, Dilse Piccin. **Ulisses va in América: história, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)**. Passo Fundo: UPF, 2002.

D' ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do oeste catarinense. In: **Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de CEOM**. Chapecó: UNOESC, 1995.

D' ANGELIS, Wilmar da Rocha & FÓKÃE, Vicente Fernandes. **Toldo Imbu**. Série Documento/CEOM. Chapecó: UNOESC, 1994.

DIEL, Paulo Fernando. **Em nome de Deus: a Reforma Católica e o Catolicismo Popular Caboclo no oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná (1903-1958)**. Florianópolis: UFSC, 1998.

HASS, Mônica. **Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo do poder local**. / Chapecó: Grifos, 1997.

HOBBSAWN, Eric J. & RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MAESTRI, Mário. A Aldeia Ausente: Índios, caboclos, escravos e colonos na formação do campesinato brasileiro. In: **COLÓQUIO MARX-ENGELS DO CENTRO DE ESTUDOS MARXISTAS, II**. IFCH -Unicamp, Campinas, Brasil, 21 nov. 2002.

MAESTRI, Mário. **Os senhores da Serra: a colonização italiana do Rio Grande do Sul 1875-1914**. Passo Fundo, 2000.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: **Para uma história do oeste catarinense**: 10 anos de CEOM. Chapecó: UNOESC, 1995.

RENK, Arlene. **A Luta da erva**: um ofício étnico no Oeste Catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.

WERLE, André Carlos. Jesuítas alemães e o projeto de uma colônia étnica e religiosamente homogênea no extremo oeste catarinense: Porto Novo (Itapiranga). In: **Cadernos do CEOM**. Chapecó: Argos, 2002.

ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do planalto gaúcho** 1850-1920. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.

## Abstract

The migration of Italian peasant descendants from the northwest of Rio Grande do Sul to the west of Santa Catarina in the first half of the twentieth century was part of the process of expansion and propagation of small country properties. The colonization of part of Velho Chapecó was undertaken and carried out by Colonizadora Bertaso S/A. Soon, the impulse of the European descendant populations, mainly italo-gauchos, was canalized and explored by the colonizing companies and the State. The Indians and the mestizos who populated these territories were gradually expropriated from their lands.

**Keywords:** Bertaso colonizer; Colonization; Italo-gaicho peasants.